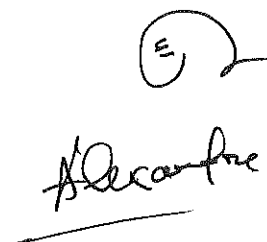


VILA REAL S^{TO} ANTONIO
ASSEMBLEIA MUNICIPAL



ATA N. 10/2011

*Aos dezanove dias do mês de Dezembro do ano dois mil e onze, pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos, em Vila Real de Santo António, na Biblioteca Municipal, encontrando-se presente o excelentíssimo senhor **Eduardo Luís Silva Pereira**, Presidente da Assembleia Municipal, comigo **Alexandre Hermínio Drago Madeira**, primeiro secretário, **José Domingos Teixeira Pires**, segundo secretário, e os membros eleitos Maria do Rosário Papafina Proença, José João Calvino Corvo, António Manuel Cipriano Cabrita, Carlos Manuel Fernandes Almeida Lança, Miguel Moreira da Costa, Maria Alexandra Livramento, Sandra Cristina Madeira, Maria de Lurdes Lopes Faria, Maria da Conceição Freitas Henrique Granado, Victor Manuel Fernandes Rosa, Manuel da Conceição António, José Roberto Leitão Guerreiro, Luís Miguel Guerreiro Romão, pelo P.S.D; João José da Costa Ribeiro, Maria Luísa Santos Currito Oliveira Castro, Raul do Carmo Nunes, Rui João Setúbal pelo P.S. e José Estêvão Correia da Cruz, Luís Manuel Negrão Vargas pela CDU.*

Conforme Edital convocatório de 12 Dezembro de 2011, reuniu em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António.

ABERTURA DA SESSÃO – verificando-se a presença de todos os membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente declarou aberta a sessão.

SUBSTITUIÇÕES – Não houve pedido de substituições da bancada do PSD; Pedido de substituições da bancada do PS: Luís da Rosa Fernandes, Carina Patrícia Querido Rosado, Fernando Manuel Fernandes Martins, David Matias Murta, Teresa Isabel Pereira Soares, substituídos por Rui João Gutierrez Setúbal e Raul do Carmo Nunes.

FALTAS – Messias José Fernandes e Fernando Eduardo Carrapiço Martins.
Foram apresentados os respetivos pedidos de justificação.

Intervieram os Sr. Deputados: Raul Nunes, João Ribeiro, José Cruz, António Cabrita O Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

O Sr. Raul do Carmo Nunes disse que em frente às traseiras do restaurante o “Cisne” encontra-se uma Pastelaria, onde por vezes está muito ruído. Gostaria de obter informações neste sentido se a pastelaria está licenciada, se tem tudo em ordem, por vezes os moradores tem de chamar as autoridades pelo barulho que lá fazem.

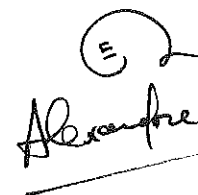
O Sr. João Ribeiro apresentou algumas questões genéricas da situação financeira do município ou seja do concelho de Vila Real de Santo António.

O Sr. José Cruz disse que existiam algumas questões que gostava de ser esclarecido sobre o antigo “Cine-Foz”. A reclamação que existe por parte dos munícipes, assim como gostaria de saber quais as soluções. Como foi realizada, como foi verificada a salubridade do mesmo. O passeio danificado, após a demolição, a necessidade desta zona ser reestruturada, é para quando resolvido?

O Sr. António Cabrita disse que o boletim do PS continha só acusações infundadas, mas, a baixa política feita pelo PS e acusações pessoais, é o que foi escrito nesse boletim.

O Sr. Presidente da Câmara referiu que o aumento das taxas só foi feito nos termos legais e foi neste sentido que sofreu a sua atualização na base da lei.

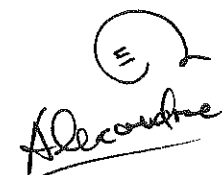
O Sr. António Cabrita disse que tinha de ser registado em ata que ninguém do PS, se pronunciou sobre a baixeza das acusações pronunciadas por mim, aqui, as quais foram escritas no boletim.



PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos assuntos que constam da ordem do dia.

- 1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES;*
- 2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA EFEITOS DE ALIENAÇÃO, NO ALDEAMENTO TURÍSTICO MONTE FINO, FREGUESIA DE MONTE GORDO;*
- 3. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PONTO 1, DO ARTIGO 4.º, REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, DE MÉRITO E DE INVESTIGAÇÃO – VERSÃO FINAL;*
- 4. APRECIAÇÃO E ANÁLISE AO DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL;*
- 5. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;*
- 6. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS MUNICIPAIS;*
- 7. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DE EXPANSÃO POENTE DE MONTE GORDO;*
- 8. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE VRSA PARA O ANO 2012;*
- 9. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL;*
- 10. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2012;*
- 11. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.*



1. EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES

O Sr. Presidente deu conhecimento da correspondência que foi remetida à Assembleia Municipal. Informou ainda que iria ser retirado o ponto nº7.

2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL DE UMA PARCELA DE TERRENO PARA EFEITOS DE ALIENAÇÃO, NO ALDEAMENTO TURÍSTICO MONTE FINO, FREGUESIA DE MONTE GORDO;

Interveio o Sr. Deputado Municipal: José Cruz.

O Sr. José Cruz solicitou esclarecimentos sobre o assunto, assim como deixou algumas sugestões: “ nas próximas situações se informe sobre o valor possível da alienação, porque esse processo depois já não vem à Assembleia Municipal. Ficamos então sem saber de mais nada...”.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

3. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ALTERAÇÃO DO PONTO 1, DO ARTIGO 4.º, REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, DE MÉRITO E DE INVESTIGAÇÃO – VERSÃO FINAL;

Interveio a Sr.ª Deputada Luísa Currito e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

A Sra. Luísa Currito disse que relativamente ao número das bolsas, o valor das bolsas a atribuir deverá estar em consonância com a disponibilidade do orçamento desta Câmara Municipal.

Em tempos anteriores com duas bolsas com a durabilidade de 2 a 3 anos, dependendo da investigação a realizar. Valor máximo de 2.500€. Os requisitos: o interesse para o município, a apresentação de um projeto.

Estamos a falar no máximo de despesas para o Município de 4000 a 5000€. No ano passado os 4 ou 5 candidatos receberam uma carta a dizer que devido à contenção orçamental não seriam atribuídas as bolsas. Este ano as dificuldades financeiras agravaram. Possivelmente este ano também não está contemplada na verba a atribuir nestas bolsas.

E
Alexandre

Considero que a importância em causa no orçamento agora apresentado deverá ter cabimento e será importante que este valor seja gasto nestas situações.

Informo ainda que não tenho candidatos da minha proximidade familiar, se não remetia-me ao silêncio, mas não posso concordar com esta decisão independentemente da decisão que se irá tomar.

Ainda questionou: “não terá a Câmara Municipal a demitir-se de uma prioridade do Governo que consiste no apoio ao investimento na investigação.”

A cultura será sempre um factor de coesão e de identidade nacional e a Câmara deveria privilegiá-la.

O Sr. Presidente da Câmara disse que nunca foram efectuados tantos valores como neste executivo para as bolsas. Por isso não compreendo os argumentos apresentados.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por unanimidade aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

4. APRECIÇÃO E ANÁLISE AO DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL;

Intervieram os seguintes Deputados Municipais: Luísa Currito, António Cabrita, José Cruz, João Ribeiro e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Assembleia apresentou o documento para reflexão e análise dos membros da Assembleia Municipal.

A Sr^a Luísa Currito leu requerimento e entregou à mesa da Assembleia Municipal. Disse ainda que a relevância desse documento não se compadece com uma discussão de 10 minutos. E assim solicitou o agendamento de uma sessão para este assunto.

O Sr. António Cabrita concordou com uma nova sessão par discussão do assunto e aprofundar o tema.

O Sr. José Cruz disse que em termos gerais, pretende-se acabar com uma situação que tem funcionado bem, para permitir que um Presidente de Câmara escolha a maioria que quer mesmo que não tenha a maioria. Tudo isto decorre de não se avançar com a regionalização.

António Cabrita ainda disse que se deve discutir, e existem sempre maneiras de melhorar a legislação em vigor e este documento não é estanque.

Bancada do PS apresentou um requerimento, o qual foi colocado a votação e aceite por unanimidade.

O Ponto foi retido por unanimidade será discutido numa próxima sessão.

O Sr. Presidente da Assembleia deliberou a agendar uma Sessão Extraordinária para o início do próximo mês de Janeiro para discussão do ponto.

5. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;

Intervieram os seguintes Deputados Municipais: João Ribeiro, Carlos Lança, José Cruz e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. João Ribeiro mencionou que atendendo que a Câmara Municipal delegou na SGU todo o processo, há que garantir acompanhamento e fiscalização da Assembleia Municipal. Por isso, deve ser criada uma comissão de acompanhamento.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal esclareceu que quem ganhou as eleições foi o PSD. Não é agora o PS que vai definir o que se faz. A SGU dará todas as informações e esclarecimentos que forem necessárias, e estará sempre disponível.

A bancada do PS apresentou requerimento. O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou um requerimento à votação o qual não foi aceite.

A votação para aceitação do Requerimento foi a seguinte:

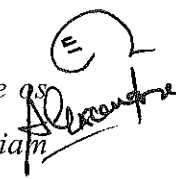
15 votos contra do PSD;

6 votos favoráveis, 4 da bancada do PS e 2 da Bancada da CDU.

Continuação da discussão do assunto.

O Sr. Carlos Lança disse que o PS mencionou que este processo era conduzido com mais facilidade pela SGU do que pela Câmara Municipal. Congratula-se, porque o PS diz sempre que a SGU não é necessária para nada. E votaram contra porque criar mais comissões só servia para aumentar a burocracia e lentidão.

O Sr. José Cruz disse que concordava absolutamente com o processo. Só lamentava que os poderes que são delegados na SGU sejam excessivos, incluindo questões que nunca deveria deixar de estar sobre a alçada da Câmara Municipal.



O Sr. João Ribeiro disse que o PS não é contra as Empresas Municipais. É contra certas formas de atuação e competências que são delegadas na SGU, prendendo-se ao controlo da Câmara Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que as competências da SGU neste processo são que decorrem da lei. Ainda prestou alguns esclarecimentos sobre o assunto.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta da Câmara Municipal à votação.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal, foi aprovada por maioria.

Com:

16 votos favoráveis do PSD;

4 abstenções da bancada do PS

2 votos contra da bancada da CDU.

A bancada do PS entregou declaração de voto.

6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO GERAL DE TAXAS MUNICIPAIS;

Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Com:

16 votos favoráveis do PSD;

4 abstenções da bancada do PS;

2 votos contra da bancada da CDU.

**7. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DE
EXPANSÃO POENTE DE MONTE GORDO;**

A Proposta foi retirada

**8. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DO MUNICIPIO DE
VRSA PARA O ANO 2012;**

Não houve intervenção dos membros da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente colocou a proposta a votação.

A Assembleia Municipal, deliberou por maioria aprovar a proposta apresentada pela Câmara Municipal.

Com:

16 votos favoráveis do PSD;

6 abstenções , 4 da bancada do PS e 2 da bancada da CDU.

9. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL;

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: José Cruz, António Cabrita, Rui Setúbal, José João Corvo, Carlos Lança e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. José Cruz disse que a solução mais fácil seria ir na onda e votar a favor. “Mas tenho dúvidas e perplexidades que quero colocar”. Os Bombeiros voluntários encontram-se numa encruzilhada. O Governo no sector da saúde criou medidas que tem aumentado as dificuldades dos Bombeiros. Assim, os Bombeiros ao solicitar esta taxa estão a perder a sua independência. A taxa procede da falta de equidade: está a cobrar-se de uma forma cega, independentemente dos rendimentos dos agregados familiares. Isto a prazo é a municipalização dos Bombeiros.

O Sr. António Cabrita disse que os modelos de financiamentos atuais esgotaram. Um euro é muito? Isto dá para a sua sustentabilidade.

O Sr. Rui Setúbal disse o problema das dificuldades dos Bombeiros voluntários já estava previsto acontecer. Agrava-se com o não cumprimento do acordo com a Câmara Municipal.

E isto deveria ser pago pelo orçamento da Câmara Municipal. Como a taxa já está em orçamento, deve ter sido decidida antes do abaixo-assinado que a solicitaram.

Alameda

Este dinheiro deveria ser integralmente para os Bombeiros, até porque o regulamento não especifica que montantes vão para os Bombeiros e para a Proteção Civil. Deve ficar especificado que é 100% para os Bombeiros Voluntários. O valor que Castro Marim dá é insuficiente e inferior aquele que na verdade deveria dar. E a Câmara de Vila Real de Santo António está sobre a sua jurisdição. Em conclusão voto favoravelmente, mas contudo gostava de saber qual a percentagem que está prevista para os Bombeiros.

O Sr. José João Corvo disse que em 2005 a Câmara Municipal só dava 45.000€ aos Bombeiros, e que logo a seguir passou para 120.000€ e depois aumentou para 170.000€.

Ou seja não posso admitir que se diga que desde 2005 a Câmara Municipal cortou o subsídio aos Bombeiros.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal, foi aprovada por maioria,

A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, nos termos previstos no 241º da Constituição da República Portuguesa e no artigo 53º, nº.2, al. a) da Lei n.º 169/99, de Setembro, a alteração ao Regulamento Geral de Taxas Municipais.

20 votos favoráveis, 16 da bancada do PSD e 4 da bancada do PS;

2 votos contra da bancada da CDU.

A Bancada do PS entregou declaração de voto.

O Sr. Deputado Rui Setúbal fez declaração de voto.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal fez declaração de voto.

10. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2012;

Intervieram os Srs. Deputados Municipais: Luísa Currito, José Cruz, Rui Setúbal, António Cabrita, José João Corvo.

A Sr.ª Luísa Currito disse que o PS lamenta o orçamento não estar acompanhado das Grandes Opções do Plano.

O Sr. José Cruz disse que no orçamento há uma afirmação que é falsa: transmite-se a ideia de que só agora é que há crise.



Observa-se mais do mesmo, porque é que se aumentar as receitas! Já se sabe que não vai haver receitas muito superior a 20 milhões. Para quê um orçamento de quase 50 milhões!

O Sr. Rui Setúbal interpelou a mesa questionado como é que se conduz o processo de votação!

- Na parte das receitas de 250.000€ é essa a taxa que foi agora aprovada?

-O que são oito milhões de ativos incorpóreos?

-Que receita é a do estacionamento?

- Que terrenos são os de 8.5 milhões?

-estudos, pareceres, projetos e consultadoria, publicidade, seminários etc.

Gostava de saber que valores são estes? Porquê 18% da despesa está em "Outros"

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta a votação.

A proposta apresentada pela Câmara Municipal, foi aprovada por maioria.

A Assembleia Municipal deliberou aprovar por maioria, nos termos previstos no 241º da Constituição da República Portuguesa e no artigo 53º, nº.2, al. a) da Lei n.º 169/99, de Setembro, a alteração ao Regulamento Geral de Taxas Municipais.

Com:

16 votos favoráveis do PSD;

4 abstenções do PS ;

2 votos contra da bancada da CDU.

A Bancada do PS entregou declaração de voto.

11. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

Interveio o Sr. Deputado Municipal José Cruz:

O Sr. José Cruz solicitou maior atenção com as tendências de abaixamento de despesas em alguns sectores (reciclagem).

O documento foi apreciado.

Período de intervenção do público

Neste período interveio o Sr. João Carlos Aquino e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

O Sr. João Carlos Aquino solicitou o encerramento da Padaria “Vila Romaria”, e o café ao lado. Pelo fato de fazerem muito ruído e perturbar o descanso na sua própria casa.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal disse que irá verificar a situação.

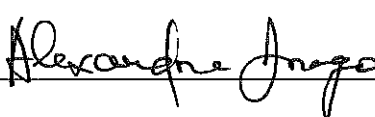
E de tudo, para constar, se lavrou esta acta sob forma de minuta, que foi aprovada por unanimidade, que se refere ao texto principal das deliberações, cuja leitura foi feita em voz alta.

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, pelas 00 horas e 47 minutos.

O Presidente da Assembleia Municipal

O Primeiro Secretário







Recomendações para formulação do Regulamento da Taxa Municipal da Protecção Civil

A taxa a aplicar nas tarifas da água, deverá ter um carácter transitório com um período de aplicação, no máximo de 1 ano, que poderá ser renovado se se verificarem as seguintes condições:

- a) Criação de um Plano Intermunicipal no sentido de aferir a proporcionalidade da utilização dos serviços pelos dois Concelhos, considerando que existem estudos já feitos nessa matéria, de forma a repartir justamente o ónus a aplicar à população;
- b) Que seja criada uma comissão de acompanhamento da Assembleia Municipal com o intuito de monitorizar quer as verbas que estão a ser angariadas por parte da SGU, quer a aplicação dessas verbas por parte dos Bombeiros Voluntários, considerando que estamos a aplicar fundos públicos e que deve ser do conhecimento geral o destino da aplicação dessas verbas;
- c) Que a totalidade dos valores recebidos no âmbito da aplicação da taxa, sejam destinados aos Bombeiros Voluntários;
- d) Que esta taxa não venha a constituir uma forma de a Câmara se destituir da responsabilidade de subsidiar os Bombeiros e, nomeadamente, proceder ao pagamento das verbas não pagas referentes a anos anteriores (mesmo aqueles onde ainda não foram formalizados os protocolos);
- e) Que a aplicação desta taxa não seja um substituto das verbas previstas no orçamento de 2012 mas sim um complemento;



- f) Que os municípios mais carenciados sejam sujeitos às devidas isenções ou reduções através da adesão ao Cartão Social já existente.

Estas recomendações visam:

- revestir de transparência a aplicação de uma taxa que, apesar de legal, onera e afecta toda a população e o tecido empresarial do Concelho,
- revestir de alguma justiça a repartição dos custos por todos, salvaguardando a equidade dos pagamentos e a justiça na aplicação das taxas,
- encontrar uma forma justa de repartição de apoios, ou melhor de responsabilidades, pelos dois municípios servidos pelos Bombeiros de Vila Real de Santo António

Da mesma forma, pretende-se alertar para a necessidade de uma maior preocupação na afectação dos recursos financeiros e logísticos por parte da Direcção dos Bombeiros, no sentido de reverter a actual situação financeira da Corporação bem como na sensibilização por parte das Direcções, no sentido de promoverem projectos que potenciem a angariação de mais recursos financeiros como forma de rentabilizar as excelentes instalações que possuem não descurando a necessidade da redução dos respectivos custos na medida do possível tendo em conta a conjuntura económica actual.

[Handwritten signature]
1-1-1-1-1-1
[Handwritten signature]



DECLARAÇÃO DE VOTO

Considerando a situação actual de estrangulamento financeiro que se verifica na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de VRSA e tendo em conta que os mesmos dependem fundamentalmente dos subsídios atribuídos pelos organismos oficiais, sendo a Câmara Municipal um desses organismos;

Considerando que, devido ao rompimento e unilateral por parte da Câmara Municipal dos protocolos celebrados entre estas duas entidades constituíram a principal razão da actual situação financeira que se verifica;

Considerando o Serviço Público que prestam, a dignidade que uma associação desta natureza exige em termos éticos, que mesmo com dificuldades não deixam de atender a todas as ocorrências de emergência pré-hospitalar, de incêndios e outras da esfera de actuação da Protecção Civil cujo principal responsável no concelho, é preciso não o esquecer, é o Presidente da Câmara Municipal, justifica-se então a procura de uma solução imediata para minorar os graves problemas financeiros que atravessa.

Considerando que esta ajuda deve revestir-se de carácter transitório e pontual, existem no entanto, uma série de premissas que deverão ser levadas em linha de conta no sentido de revestir de justiça social e de um justo equilíbrio na repartição de encargos, uma vez que os serviços prestados abrangem os Concelhos de VRSA e Castro Marim, as quais estão apensadas em anexo a esta declaração de voto.

Com efeito, a bancada do Partido Socialista vota favoravelmente a proposta apresentada.

Vila Real de Santo António, 19 de Dezembro de 2011

A Bancada do Partido Socialista

Dec. Pres. do Voto

Em meu nome pessoal e no qualificado de Presidente do A. Municipal, quero aqui registrar esta junção do Círculo Municipal, para a Associação dos Paulistas.

Deixo que esta medida tem o poder em unificar a Associação e simultaneamente demonstra o interesse e o empenho que o Círculo tem em cooperar com os Paulistas.

O Presidente do A. Municipal

(E).



Declaração de Voto

Considerando que

- 1 – Ao longo dos últimos anos a maioria PSD tem apresentado orçamentos que mais não são do que um plano de intenções com previsões de receitas enormemente empoladas para servir de mera propaganda política;
- 2 – Os investimentos estruturantes sucessivamente anunciados não passaram de anúncios sem que nenhum tenha sido iniciado e, muito menos, concluído (veja-se os casos da frente ribeirinha do Guadiana, da frente de mar de Monte Gordo, da Unidade de Cuidados Continuados, requalificação do centro histórico com a abertura de “hotéis de charme”, etc)
- 3 – A forma abruta como cancelou os contratos programas com os clubes e associações deixou-os em situação crítica do ponto de vista financeiro, correndo muitos o risco de viçrem a encerrar portas deixando, desta forma, muitos jovens sem alternativa para a prática de desporto;
- 4 – O recente exemplo de rotura financeira Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários acabou por ser o primeiro grande impacto negativo das políticas orçamentais irresponsáveis seguidas nos últimos anos;
- 5 – A falta de transparência que os sucessivos orçamentos demonstram, e que este confirma, com o constante aumento das rubricas de “outros” como forma de poder esconder e manobrar a distribuição de gastos e/ou benesses sem qualquer controlo da Assembleia Municipal;
- 6 – Não se apresentam propostas concretas e sustentáveis sobre a forma como o Município vai responder à grave situação financeira agravada pela crise internacional em que estamos imersos;

7 - Continuamos sem saber a verdade sobre a situação financeira do município temendo sempre pelos “esqueletos que irão sair do armário”;

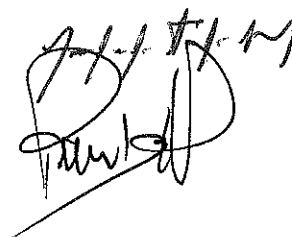
8 – Defendemos uma política de verdade e transparência que indique de forma clara

- Como apoiar os clubes e associações para ajudar a retirá-los da actual situação de rotura financeira e da cada vez maior ameaça de encerramento
- Como e quando vai a Câmara fazer a ligação dos esgotos da cidade ao interceptor principal acabando finalmente (embora com muitos anos de atraso) com a descarga directa dos esgotos no Rio Guadiana;
- Como e quando vai a câmara concluir a obra do Pavilhão Multiusos lançada com pompa e circunstância no dia 13 de Maio do primeiro ano do anterior mandato do executivo PSD
- Como e quando vai entregar as prometidas e “reprometidas” casas às dezenas, ou melhor, às centenas de munícipes a quem o foram pessoalmente prometidas pelo actual Presidente da Câmara Municipal;
- Quais os verdadeiros montantes pagos, e que vão continuar a ser gastos, com acessórias, consultorias e projectos
- Qual o verdadeiro montante dos gastos com eventos desportivos e recreativos.

A bancada do Partido Socialista não pode votar favoravelmente um orçamento onde a falta de rigor e transparência é a tónica dominante, que ficciona uma realidade e que, fundamentalmente, não responde às necessidades do concelho e das populações *pelo que se abstém.*

Vila Real de Santo António, 19 de Dezembro de 2011

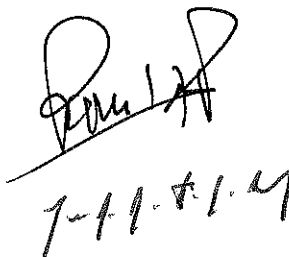
A Bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal



2. A Comissão de Acompanhamento terá por incumbência garantir a plena observância dos princípios da transparência, do rigor, da isenção, da imparcialidade e da melhor defesa do interesse público;
3. À Comissão de Acompanhamento cabe acompanhar os processos em causa, independentemente da forma e procedimentos que venham a ser concretamente adoptados para a sua concretização, designadamente:
 - a. Fiscalizar a estrita observância dos princípios e regras consagrados na lei bem como da rigorosa transparência dos processos;
 - b. Dar conhecimento trimestralmente à Assembleia Municipal das suas actividades, incluindo, designadamente, uma referencia desenvolvida às operações realizadas nesse período;
 - c. Cada membro da Comissão de Acompanhamento fica vinculado ao dever de absoluto sigilo quanto a factos e informações relativo às empresas a que tenham acesso no exercício ou por força do exercício das suas funções;
 - d. A Comissão de Acompanhamento é constituída por um elemento de cada Partido com assento na Assembleia Municipal.
4. O exercício do cargo de membro da Comissão de Acompanhamento é incompatível com as funções de membro do conselho de administração ou gestão da Empresa Municipal SGU;
5. Aos membros da Comissão de Acompanhamento é-lhes proibido a detenção de interesses ou ligações a empresas com interesses no espectro negocial da Requalificação e Exploração de Imóveis na Zona Histórica Pombalina, Requalificação da Zona Ribeirinha de Vila Real de Santo António; Requalificação da Frente de Mar de Monte Gordo.

Vila Real de Santo António, 19 de Dezembro de 2011

Os Deputados Municipais eleitos pelo Partido Socialista



7-11-2011



Proposta

Assunto: “ Criação de Comissão de Acompanhamento dos processos: Requalificação e Exploração de Imóveis na Zona Histórica Pombalina; Requalificação da Zona Ribeirinha de Vila Real de Santo António; Requalificação da Frente de Mar de Monte Gordo”

Considerando que:

A Câmara Municipal deliberou delegar todos os poderes de decisão, investimento e gestão à Empresa Municipal SGU no que se refere à Requalificação e Exploração de Imóveis na Zona Histórica Pombalina; Requalificação da Zona Ribeirinha de Vila Real de Santo António; Requalificação da Frente de Mar de Monte Gordo”;

Desta forma cabe exclusivamente à Empresa Municipal SGU a Elaboração dos documentos técnicos de suporte ao Lançamento dos Concursos Públicos, Modelo de Selecção das Candidaturas, Modelo de Avaliação das Propostas, Decisão sobre as Adjudicações e posterior monitorização, avaliação e fiscalização dos contratos;

É património público o que se joga nestas negociações e decisões pelo que importa assegurar o interesse público;

Se retira ao crivo de fiscalização por parte dos órgãos competentes, isto é, os órgãos eleitos democraticamente pelo povo a negociação de todo este património publico;

Considerando que os “negócios” previstos envolve património publico, interesses e verbas avultadas;

Propomos:

1. A Constituição de uma Comissão de Acompanhamento para os processos de Requalificação e Exploração de Imóveis na Zona Histórica Pombalina, Requalificação da Zona Ribeirinha de Vila Real de Santo António; Requalificação da Frente de Mar de Monte Gordo”;



REQUERIMENTO

O Poder Local Democrático foi uma conquista do Povo Português, está consagrado constitucionalmente e deu um contributo impagável para a resolução dos problemas básicos da população nas mais diversas áreas de intervenção.

Por isso a Reforma Administrativa do Poder Local exige uma análise séria, responsável e profunda para que de tal esforço permita o reforço saudável do Municipalismo.

O Documento Verde da Reforma Administrativa do Poder Local expressa no seu preâmbulo a vontade política de realizar, conjuntamente com os autarcas e a sociedade portuguesa, uma profunda discussão.

A Reforma da Administração Local deverá estar orientada para a melhoria da prestação do serviço público, aumentando a eficiência e reduzindo custos, tendo sempre em consideração as especificidades locais, considerando nesse sentido a existência de diferentes tipologias de territórios.

O Documento Verde da Reforma da Administração Local visa, sobretudo, lançar o debate político, estabelecer os princípios orientadores e os critérios base, promovendo o estudo e a análise do suporte legislativo em vigor.

O que está em causa é demais importante para o Poder Local para que se resuma a uma discussão de 10 minutos numa Assembleia Municipal com 11 pontos agendados na respectiva ordem de trabalhos.

A relevância de que se reveste o assunto merece outra seriedade no seu tratamento pelo que requeremos à mesa que seja agendada uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal cujo único ponto será "Apreciação e Análise do Documento Verde da Reforma Administrativa do Poder Local "

Vila Real de Santo António, 19 de Dezembro de 2011

Os Deputados Municipais

DECLARAÇÃO DE VOTO

Enquanto membro da bancada do Partido Socialista votei favoravelmente a proposta da Câmara Municipal para, a pretexto da resolução da grave situação financeira da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários d Vila Real de Santo António, criação da taxa Municipal de Protecção Civil.

Enquanto membro da mesma banca fui o seu porta voz na defesa do voto favorável.

Como ex-dirigente daquela prestigiada Associação e, em consequência conhecedor da problemática da sua gestão, tive a oportunidade de defender há já alguns anos a instituição da referida taxa.

Apesar de não ter conseguido uma resposta/compromisso do Senhor Presidente da Câmara de que o valor da taxa seria, pelo menos durante a actual situação de emergência financeira integralmente entregue à AHBVVRSA, não posso deixar de ser coerente, com o que pensava ser importante e necessário há já alguns anos e com a decisão do grupo político onde me integro, votando favoravelmente a proposta.

Não posso contudo deixar de expressar, nesta declaração de voto, o meu lamento pelo despropósito das insinuações levantadas pela Senhor Presidente da Câmara sobre alegados actos de má gestão financeira à data em que tive responsabilidades na gestão da AHBVVRSA, nomeadamente da alegada recusa em receber um subsídio através do FEDER, tanto mais que são totalmente falsas!

Muito menos posso deixar de lamentar a falta de ética política, a falta de sentido de responsabilidade, a falta de independência e autocracia do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que impediu o signatário de responder para defesa da sua honra.

E porque a verdade deve ser conhecida por todos não posso deixar de, nesta declaração de voto, repor a verdade dos factos.

1 - É verdade:

- a) que a AHBVVRSA adquiriu uma viatura especial de transporte de doentes (designada por ABTM12);
- b) tal aquisição foi efectuada no pressuposto de que a mesma seria subsidiada através do programas comunitários;
- c) que o processo foi iniciado no mandato anterior aquele em que fui eleito;
- d) que os órgãos sociais dos quais fiz parte foram forçados a abdicar do processo de candidatura;
- e) que a AHBVVRSA suportou integralmente os custos de aquisição;

DECLARAÇÃO DE VOTO

Embora estando de acordo com os princípios apresentados na proposta de constituição da zona de reabilitação urbana de Vila Real de Santo António a bancada do Partido Socialista não pode votar favoravelmente por força das posições assumidas pela bancada da maioria.

Tendo a consciência que face à maioria clara que o PSD tem em todos os órgãos do poder local, esta força política tem toda a legitimidade para tomar as decisões políticas de gestão e, logicamente, assumir as responsabilidades legais e políticas das mesmas.

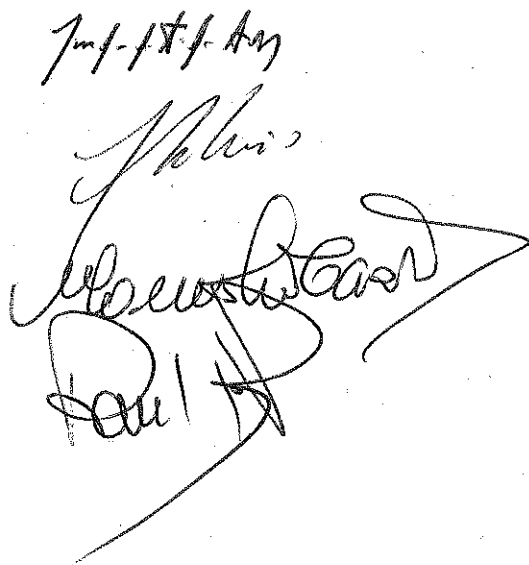
Não podemos deixar de lamentar a falta de cultura democrática manifestada pela maioria ao recusar que, num processo de reabilitação desta magnitude que envolve a transferência para a esfera duma empresa a gestão urbanística da zona nobre da cidade e das verbas em causa, os eleitos em representação das forças políticas que hoje representam a oposição tenham a possibilidade de participar neste processo, ainda que como mero observadores sem direito a intervir na decisão final mas tão só a acompanhar/fiscalizar as decisões.

Alegar que a constituição duma comissão de acompanhamento, repita-se, sem direito a intervir nas decisões, é um factor de entorpia no desenvolvimento do processo de reabilitação, não passa de mera retórica para justificar a opção política do PSD de querer reservar o acesso à forma e conteúdo das decisões que vier a tomar.

Face a este posicionamento e apesar da nossa posição de principio ser favorável ao processo, somos forçados a abstermo-nos na votação da proposta em discussão.

Vila Real de Santo António, 19 de Dezembro de 2011

A bancada do Partido Socialista

The block contains several handwritten signatures in black ink. At the top, there is a signature that appears to be 'Jm f. f. f. An'. Below it is a signature that looks like 'J. M. M.'. The most prominent signature is a large, stylized one that reads 'Bento Costa'. Below that is another signature that appears to be 'Paulo'.